

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

ACNO 11 (103 Norte) - Rua NO 11 COM AV. NS 01 - Bairro CENTRO - CEP 77001-036 - Palmas - TO - <http://wwa.tjto.jus.br>
CONJ 03 LOTE 2

Edital Nº 193 / 2018 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

EDITAL nº 048, de 2018 – SEI Nº 17.0.000025983-7

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no Seminário **OUVIDORIA JUDICIÁRIA E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO**, a se realizar no dia 16 de agosto de 2018, mediante as condições determinadas neste Edital e nos demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

1. DADOS GERAIS

Evento: Ouvidoria Judiciária e a Lei de Acesso à Informação

Objetivo: Capacitar e atualizar os participantes para que possam contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas nos serviços prestados pela Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Tocantins.

Período de inscrições: As inscrições acontecerão no período de 24 de julho a 15 de agosto de 2018.

Inscrições: Serão realizadas, via *web*, no endereço eletrônico esmat.tjto.jus.br.

Públicos-Alvo: Magistrados, servidores do Poder Judiciário, operadores do Direito e estudantes..

Carga horária: 2 horas

Modalidade: Presencial, com transmissão via internet.

Local: Auditório da Esmat.

Valor do curso, custeado pela Esmat, por aluno: O valor do curso será calculado após a conclusão das atividades, considerando-se os critérios de horas-aula, passagem, hospedagem e alimentação do palestrante.

2. VAGAS

2.1 Quantidade de Vagas: 1.000, sendo 180 para Palmas e 820 distribuídas entre as demais comarcas.

3. PRÉ-REQUISITOS

3.1 Serem magistrados e servidores;

3.2 Serem pessoas que atuam no sistema de justiça;

3.3 Serem estudantes.

4. FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

4.1 Os alunos inscritos e matriculados deverão participar das atividades, no dia 16 de agosto do corrente ano, das 8h30 às 11h;

4.2 Os alunos deverão cumprir no mínimo 75% de frequência nas atividades, para certificação;

4.3 As frequências serão registradas eletronicamente no início e no final da aula, mediante leitura do código do aluno, no formato de barras;

4.4 Haverá tolerância de 15 minutos após o horário definido para início, e 15 minutos antes do horário definido para o final da atividade;

4.5 Excepcionalmente, quando não for possível a verificação da frequência pelo leitor do código de barras, poderá haver lista de presença, a qual deverá ser assinada exclusivamente pelo aluno;

4.6 Para os inscritos que optarem pela participação na modalidade à distância, o registro da frequência e o acesso à transmissão deverá ser realizado via *link* que estará disponível no Portal Esmat, a partir da 8 horas do dia 16 de agosto, e o acesso também poderá ser realizado via aplicativo Esmat, disponível na *play store*;

4.7 Todos os alunos estarão sujeitos às regras estabelecidas na Portaria nº 311, de 2012, e também às regras previstas no Edital próprio do curso.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Programação	Estrutura	
8 horas	Credenciamento	
8h30	Abertura e Composição de Mesa	
PALESTRA	Tema	Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011) e a Lei de Proteção e Defesa de Usuários de Serviços Públicos (Lei nº 13.460, de 2017).
	Professor	Gilberto Waller Junior
	Data	16 de agosto de 2018
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> • Abrangência subjetiva e objetiva da Lei de Acesso à Informação; • Prazos e procedimentos para acesso à informação;

		<ul style="list-style-type: none"> • Proteção e defesa dos usuários de serviço público; • Proteção da informação pessoal; • Restrições de acesso por determinação legal. 	
	Metodologia	Apresentação e exposição de conceitos e casos concretos	
	Carga Horária	2 horas-aula	
Carga Horária Total			
		2 horas-aula	
5.1 PROFESSOR			
Nome	Gilberto Waller Junior		
Síntese do Currículo	<p>Procurador Federal, ocupa o cargo de ouvidor geral da União, no Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), desde março de 2016. Graduado em Direito, pela Universidade de Taubaté (1996). Na CGU, atuou também como corregedor setorial do Ministério da Fazenda (julho a agosto de 2013); corregedor setorial do Ministério dos Transportes (fevereiro de 2009 a julho de 2013); e corregedor setorial do Ministério da Integração Nacional (fevereiro de 2006 a setembro de 2007). No Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), desempenhou os cargos de subprocurador geral (2007 a 2008), corregedor geral (2001 a 2004) e auditor geral substituto (2002 a 2003), dentre outros.</p>		

6. CRONOGRAMA

OUVIDORIA JUDICIÁRIA E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO		
Data	Horário/Período	Conteúdo Programático e/ou Atividades
16/8/2018	8 horas	Credenciamento

	8h30	Abertura
	9h às 10h40	Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527, de 2011) e a Lei de Proteção e defesa de usuários de Serviços Públicos (Lei nº 13.460, de 2017) Gilberto Waller Junior
	11 horas	Encerramento
Carga Horária Total		2 horas

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 A inscrição do candidato implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital, no Regimento Interno da Esmat e na Portaria nº 311, de 2012, publicada no Diário da Justiça nº 2.879, de 23 de maio de 2012;

7.2 A desistência do curso, sem causa justificada, deverá ser comunicada à Esmat até o terceiro dia útil que anteceder o início do evento-atividade, pelo e-mail saesmat@tjto.jus.br;

7.3 A desistência do curso iniciado ou a reprovação sujeitarão o inscrito à perda do direito de participar de ações de capacitação custeadas ou promovidas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) pelo período de quatro meses, salvo por motivo de licença ou de afastamento previstos em Lei;

7.4 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, Diretor da ESMAT**, em 13/07/2018, às 11:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2096481** e o código CRC **9DE0A34F**.